



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

**RELATÓRIO N°** : 201109440  
**MUNICÍPIO - UF** : Rio de Janeiro - RJ  
**UCI EXECUTORA** : CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**UNIDADE AUDITADA** : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A  
**PROCESSO N°** : 00218.000645/2011-68  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**TIPO DE AUDITORIA** : AUDITORIA DE GESTÃO

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201109440, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS consolidando a gestão do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - ELETROBRAS CEPEL e agregando a gestão do Fundo Federal de Eletrificação - FFE (em extinção), do Fundo de Reserva Global de Reversão - RGR, do Fundo de Utilização de Bem Público – UBP, da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e da Conta de Desenvolvimento Energético -CDE.

## **I - INTRODUÇÃO**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 02/05/2011 a 17/06/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

## **II – RESULTADOS DOS TRABALHOS**

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

## 4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

Por força do estabelecido no Anexo I da Decisão Normativa TCU n.º 110/2010, as Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS apresentou seu processo de Prestação de Contas, referente ao exercício de 2010, consolidando as informações sobre a gestão do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – ELETROBRAS CEPEL, e agregando a gestão do Fundo Federal de Eletrificação - FFE (em extinção), do Fundo de Reserva Global de Reversão - RGR, do Fundo de Utilização de Bem Público – UBP , da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e da Conta de Desenvolvimento Energético -CDE.

A gestão da Conta de Consumo de Combustíveis e do Fundo Federal de Eletrificação, no entanto, foram abordadas no âmbito da gestão da ELETROBRAS, uma vez que o FFE, em extinção, foi classificado como adiantamento para futuro aumento de capital e a CCC, por força de exigência do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia, está contabilizada no balanço da ELETROBRAS. Sobre esta particularidade consta, na introdução do Relatório de Gestão da ELETROBRAS, o seguinte entendimento: "ao Fundo da CCC não se aplica a agregação dos demais Fundos, uma vez que estes valores estão contabilizados no balanço da ELETROBRAS o que poderá acarretar a dupla contagem desses valores".

A gestão do Fundo de Uso do Bem Público, por sua vez, é abordada na gestão da CDE, posto que, conforme a Lei n.º 10.438/2002, seus recursos foram deslocados para o financiamento da Conta de Desenvolvimento Energético.

Assim, o presente relatório contempla as informações referentes à ELETROBRAS, aos fundos setoriais por ela geridos e à ELETROBRAS CEPEL.

### **ELETROBRAS**

A ELETROBRAS é uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME que, na condição de holding, controla grande parte dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, por intermédio de seis subsidiárias: ELETROBRAS CHESF, ELETROBRAS FURNAS, ELETROBRAS ELETROSUL, ELETROBRAS ELETRONORTE, ELETROBRAS CGTEE E ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

A holding controla a Eletronuclear Participações S.A. – ELETROBRAS ELETROPAR, é mantenedora do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica e detém 50% das ações de ITAIPU BINACIONAL. Além disso, atua na área de distribuição de energia por meio de seis empresas: ELETROBRAS AMAZONAS ENERGIA, ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ACRE, ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RORAIMA, ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ E ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS.

Nos termos do artigo 4º de seu Estatuto Social, a ELETROBRAS tem como objeto social, dentre outros, o desenvolvimento de atividades relacionadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a participação na formulação da política energética no País, à concessão de financiamentos às empresas em que tenha participação acionária, à colaboração técnico-administrativa com o Ministério de Minas e Energia e ao patrocínio de pesquisas de interesse do setor energético.

Em resumo, é missão estatutária da ELETROBRAS atuar como holding do setor elétrico e ser o "braço" do governo federal na implementação de políticas públicas neste setor.

As atividades das empresas integrantes do sistema ELETROBRAS concentram-se majoritariamente em três segmentos de negócio: Geração, Transmissão e Distribuição de energia.

Segundo informações constantes em seu sítio eletrônico, a ELETROBRAS possui 29 usinas hidrelétricas, 15 termelétricas e duas termonucleares, que representam 37% da capacidade nacional para geração de energia elétrica.

No ramo Transmissão, ainda segundo informações constantes do sítio eletrônico, a auditada possui 56% das linhas de transmissão no País, com 59 mil quilômetros de extensão.

As seis distribuidoras de energia controladas têm atuação nos estados da região norte e nordeste e são administradas de forma centralizada pela Diretoria de Distribuição da ELETROBRAS.

Consta do Relatório de Administração, referente ao exercício 2010, que o segmento geração é responsável por 54% das receitas auferidas pela ELETROBRAS no exercício e os segmentos transmissão e distribuição respondem, cada um, por 18%.

### **QUADRO I: Receita por Segmento de negócio – 2010 - Consolidado**

| Segmento     | R\$ milhões | %      |
|--------------|-------------|--------|
| Geração      | 18.343,0    | 54,12% |
| Transmissão  | 6.316,0     | 18,63% |
| Distribuição | 6.353,0     | 18,74% |
| Outros       | 2.882,0     | 8,50%  |

Fonte: Relatório de Administração referente ao exercício 2010

Neste diapasão, as empresas do sistema que apresentaram maiores receitas foram as geradoras e distribuidoras, subsidiárias da ELETROBRAS.

Dentre as subsidiárias, a ELETROBRAS FURNAS apresentou a maior receita, representando 25,6% do total, seguida pela ELETROBRAS CHESF e pela ELETROBRAS ELETRONORTE, que responderam, respectivamente por 20,4% e 17,37%.

Dentre as controladas, destacamos as receitas auferidas pela ELETROBRAS DISTRIBUIDORA PIAUÍ e pela ELETROBRAS DISTRIBUIDORA ALAGOAS, que responderam, respectivamente por 3,1% e 2,6% do total.

#### **QUADRO II: Receita Operacional - 2010**

| <b>Empresa</b>           | <b>R\$ milhões</b> | <b>%</b> |
|--------------------------|--------------------|----------|
| Eletrobras Holding       | 4.085,0            | 15,30%   |
| Eletrobras Furnas        | 6.835,0            | 25,60%   |
| Eletrobras Chesf         | 5.468,0            | 20,48%   |
| Eletrobras Eletrosul     | 1.063,0            | 3,98%    |
| Eletrobras Eletronorte   | 4.637,0            | 17,37%   |
| Eletrobras Eletropar     | 26,0               | 0,10%    |
| Eletrobras Eletronuclear | 1.672,0            | 6,26%    |
| Eletrobras CGTEE         | 527,0              | 1,97%    |
| ED Alagoas               | 706,0              | 2,64%    |
| ED Rondônia              | 637,0              | 2,39%    |
| ED PiauÍ                 | 851,0              | 3,19%    |
| ED Acre                  | 193,0              | 0,72%    |

Fonte: Relatório de Administração referente ao exercício 2010

Os investimentos da ELETROBRAS, no exercício sob exame, foram, também segundo o Relatório de Administração, direcionados, em sua maioria, ao negócio geração, conforme quadro a seguir:

#### **QUADRO III: Investimentos por Segmento - 2010**

| <b>Segmento</b>     | <b>R\$ milhões</b> | <b>%</b> |
|---------------------|--------------------|----------|
| Geração             | 2.815,0            | 53,32%   |
| Transmissão         | 1.257,0            | 23,81%   |
| Distribuição        | 822,0              | 15,57%   |
| Qualidade Ambiental | 50,0               | 0,95%    |
| Pesquisa            | 16,0               | 0,30%    |
| Infraestrutura      | 319,0              | 6,04%    |

Fonte: Relatório de Administração referente ao exercício 2010

Está programada a construção de novas usinas, dentre as quais Simplício (RJ/MG), Paulistas (GO/MG) e Passo São João (RS), que aumentaram a capacidade de geração de energia elétrica.

Ressalte-se que a Centrais Elétricas Brasileiras responde pelos seguintes projetos de transmissão, todos na execução do Plano de Aceleração do Crescimento(PAC):

- LT 230 kV Ji-Paraná – Pimenta Bueno – Vilhena C1 (RO)
- LT 230 kV Funil – Itapebi C3 (BA)
- LT 230 kV Ibicoara – Brumado II (BA)
- LT 230 kV Paraíso – Açú II C2 (RN)
- LT 230 kV Picos – Tauá (PI/CE)
- LT 230 kV Milagres – Coremas II (PI/PB)
- LT 345 kV Campos – Macaé (RJ)
- LT 345 kV Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste (SP)
- LT 230 kV Biguaçu – Palhoça – Desterro (SC)

Desde o exercício de 2009, a ELETROBRAS vem buscando sedimentar sua posição de holding, tendo adotado iniciativas com o objetivo de estabelecer as diretrizes a serem seguidas pelas suas subsidiárias. Tal postura baseia-se na prerrogativa constante do Estatuto Social da empresa, que estabelece que "as subsidiárias obedecerão às normas administrativas, financeiras, técnicas e contábeis, tanto quanto possível, uniformes, estabelecidas pela ELETROBRAS". Desde então, as empresas controladas passaram a adotar, de forma integrada com a controladora, estratégias de gestão, Política de Gestão de Pessoas e Política de Comunicação, bem como código de ética único. Por este motivo, inclusive, algumas empresas encontram-se revisando seus planejamentos estratégicos institucionais.

Foi, ainda, estipulado pela holding o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, o qual foi assinado por todas as empresas controladas. O referido instrumento teve por objetivo estabelecer indicadores de desempenho que permitam à ELETROBRAS avaliar o desempenho de suas subsidiárias. No âmbito do ramo de Geração e Transmissão são considerados aspectos contábeis, operacionais, socioambientais, econômico-financeiros. No âmbito operacional, foi enfatizada a disponibilidade de geração de energia e a parcela descontada em transmissão. Em relação às distribuidoras de energia, são considerados os aspectos operacional, em termos de fornecimento, revisão tarifária, controle de perdas e postos de atendimento, financeiro, contemplando inadimplência, e contábil.

No âmbito das Empresas Distribuidoras da ELETROBRAS - EDEs, a holding promoveu a reorganização da governança e centralização da gestão das EDEs, tendo sido estruturada, para todas, uma diretoria comum composta por um Diretor Presidente, seis Diretores e um Conselho de Administração, além dos respectivos Conselhos Fiscais. No âmbito da própria ELETROBRAS, foi criada uma diretoria especializada, a Diretoria de Distribuição, cujo Diretor assumiu concomitantemente a Presidência das EDEs. As alterações propostas tiveram como objetivo a reversão do desequilíbrio econômico-financeiro das empresas, a melhoria da qualidade do atendimento e a promoção de investimentos para expansão, conservação e modernização.

Em termos de resultados destas distribuidoras em 2010, verificou-se aumento de 24,4% da quantidade de energia elétrica fornecida aos consumidores finais, tendência de redução de perdas sobre a energia injetada, tendência de redução do índice de inadimplimento, aumento no volume de investimentos, exceto no âmbito da Eletrobras Distribuição Rondônia e Eletrobras Distribuição Acre, e não atingimento das metas de qualidade de serviço estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

#### PROGRAMAS DE GOVERNO

Constam, do Processo de Contas, as metas e os resultados da execução das ações governamentais vinculadas, dentre outros, aos seguintes Programas de Governo: 1046, 1042 e 0273, selecionados em decorrência de seu vínculo direto à missão institucional da empresa e por estarem diretamente atrelados aos fundos geridos e agregados às contas, os quais se desdobram em ações.

Destacamos, a seguir, os objetivos dos Programas em questão:

#### QUADRO IV – Objetivos dos Programas - ELETROBRAS

| Programa |   | Objetivo   |
|----------|---|--|
| 1046     | Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel | Reduzir o desperdício e promover o uso eficiente dos insumos energéticos.  |
| 1042     | Energia nos Sistemas Isolados                                 | Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica.  |
| 273      | Luz para Todos  | Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado. |

Fonte: Relatório de Gestão 2010 e SIGPLAN.

O quadro a seguir contém os resultados físicos e financeiros obtidos pela ELETROBRAS ao longo do exercício de 2010 no que diz respeito aos recursos investidos na realização das ações finalísticas vinculadas aos programas listados acima.

#### QUADRO V: Execução Física e Financeira das Ações - ELETROBRAS.

| 1046 – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel             |            |          |                         |  |                          |
|--|------------|----------|-------------------------|--|--------------------------|
| Ação 9651 – Formação, Capacitação e Treinamento na Área de Eficiência Energética |            |          |                         |  |                          |
| Meta   | Previsão * | Execução | Execução/<br>Previsão % | Atos e Fatos que<br>prejudicaram o<br>desempenho | Providências<br>Adotadas |

|  |                   |                     |                         |  |   |
|--|-------------------|---------------------|-------------------------|--|---|
| Física   | 13                | 6                   | 46,2                    | Descontinuidade e postergação de projetos para o ano seguinte com previsão de utilização financeira elevada Para o ano seguinte  | Será dada continuidade à execução no ano seguinte.. |
| Financeira   | R\$ 13.875.834,98 | R\$ 3.755.461,98    | 27,1                    |  |   |
| <b>9649 - Iluminação Pública Eficiente (Reluz)</b>                   |                   |                     |                         |  |   |
| Meta   | Previsão *        | Execução            | Execução/<br>Previsão % | Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho   | Providências Adotadas                               |
| Física   | 50.000            | 89.559              | 132,1                   | Não foram identificados atos ou fatos que tenham prejudicado o desempenho.   | Não houve necessidade.                              |
| Financeira   | R\$ 15.000.000,00 | R\$ 33.104.035,45   | 220                     |  |   |
| <b>1042 - Energia nos Sistemas Isolados</b>                          |                   |                     |                         |  |   |
| <b>7F43 - Implantação de Rede de Ramais Termelétricos (Gasoduto)</b> |                   |                     |                         |  |   |
| Meta   | Previsão *        | Execução            | Execução/<br>Previsão % | Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho   | Providências Adotadas                               |
| Física   | 100               | 97,8                | 97,8                    | Não foram identificados atos ou fatos que tenham prejudicado o desempenho.   | Não houve necessidade.                              |
| Financeira   | R\$ 19.200.000,00 | R\$ 19.164.785,93   | 99,8                    |  |   |
| <b>0273 - Luz para todos</b>   |                   |                     |                         |  |   |
| <b>9642 - Promoção da Universalização do Acesso à Energia</b>        |                   |                     |                         |  |   |
| Meta   | Previsão *        | Execução            | Execução/<br>Previsão % | Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho   | Providências Adotadas                               |
| Física   | -                 | 268.786             | -                       | Não puderam ser avaliados no exercício de 2010, tendo em vista que não houve previsão de realização este ano no SIGPlan, uma vez que estava previsto o encerramento do Programa Luz para Todos no ano de 2008. | Não houve necessidade.                              |
| Financeira   | -                 | R\$1.671.954.908,02 | -                       |  |   |

Fonte: Relatório de Gestão 2010 e SIGPLAN.

\* informados os valores do orçamento ajustados: LOA + Cred.

Diante do exposto, podemos afirmar que a ELETROBRAS vem cumprindo a contento seu papel na execução dos programas de governo finalísticos, a exceção da Ação 9651, que apresentou resultado inexpressivo no exercício.

Observamos que os dados constantes do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal – SIGPLAN não se coadunam com as informações registradas no Relatório de Gestão. A situação decorre de falhas na comunicação entre o Sistema Integrado de Dados Orçamentários via Internet - SidorNet e o SIGPLAN e da alteração da contabilidade da Empresa, o que modificou a classificação de algumas despesas que deixaram de ser registradas como diferidas e passaram a ser consideradas como custeio.

Na execução dos mencionados programas de governo a ELETROBRAS utiliza-se dos recursos dos Fundos Setoriais, em especial da RGR e da CDE, que representaram 70% da verba destinada ao Programa Luz Para Todos. Consta do Relatório de Gestão que "em 2010 a ELETROBRAS liberou, com recursos da RGR, mais de R\$ 45 milhões para projetos do PROCEL RELUZ".

## **ELETROBRAS CEPE**

O Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - ELETROBRAS CEPEL é uma associação civil sem fins lucrativos pertencente ao

Orçamento de Investimentos, sendo responsável, no exercício de 2010, apenas pela execução da ação 2745 - Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos, que faz parte do programa governamental 0476 - Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia.

O objetivo deste programa de governo é apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético. Já a ação "Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos equipamentos e Sistemas Elétricos" visa desenvolver novas tecnologias e o aperfeiçoar as existentes nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como atender à sociedade, investindo recursos em programas governamentais estratégicos, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades desassistidas e da sociedade de forma mais ampla.

Do ponto de vista orçamentário, a Lei n.º 12.214/2010 aprovou o Orçamento de Investimentos para as Empresas Estatais para o exercício de 2010, contemplando a ELETROBRAS CEPEL com o valor de R\$ 33.140.996,00 (trinta e três milhões, cento e quarenta mil, novecentos e noventa e seis reais).

Verificamos que a realização financeira do orçamento de investimento ficou em 49%, ou seja, R\$ 16.115.073,00 (dezesesseis milhões, cento e quinze mil e setenta e três reais), conforme demonstrado no quadro abaixo.

**QUADRO VI: Execução Financeira da Ação de maior materialidade - CEPEL**

| 0476 - Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia                              |                   |                   |                         |   |   |
|---|-------------------|-------------------|-------------------------|---|---|
| 2745 Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos |                   |                   |                         |   |   |
| Meta  | Previsão          | Execução *        | Execução/<br>Previsão % | Atos e Fatos que<br>prejudicaram o<br>desempenho  | Providências<br>Adotadas                |
| Financeira  | R\$ 33.140.996,00 | R\$ 16.115.073,00 | 49                      | As aquisições dos equipamentos envolvidos, bem como a realização das obras de infraestrutura laboratorial necessárias, apresentaram desafios em função de sua complexidade e ineditismo, que resultaram em prazos de duração para as fases de especificação, projeto e licitação mais longos do que inicialmente previsto. Assim, parte do investimento acabou sendo deslocada para o início de 2011. | Reprogramação para o exercício de 2011. |

Fonte: Relatório de Gestão 2010 e SIGPLAN.

\* informados os valores do orçamento ajustados: LOA + Cred.

Segundo informações constantes do Relatório de Gestão, os principais investimentos previstos para o exercício 2010 estavam associados ao projeto LONGDIST, que tem com objetivo o desenvolvimento de pesquisas para o desenvolvimento de linhas de transmissão de alta capacidade; o qual apresentou complexidade além da inicialmente esperada, além de se configurar em atividade não usual para a Unidade.

Pelas análises efetivadas e informações apresentadas no Relatório de Gestão, consideramos justificada a execução apresentada pela ELETROBRAS CEPEL referente ao exercício de 2010.

**FUNDOS AGREGADOS**

Em relação aos fundos agregados pela ELETROBRAS, destacamos que não há prévio estabelecimento de metas físicas ou financeiras a serem atingidas no exercício, não sendo possível, portanto, avaliar o desempenho sob estes aspectos. A seguir, um breve relato da gestão dos Fundos do Setor Elétrico no exercício sob exame:

**a) Conta de Desenvolvimento Energético**

Criada pela Lei n.º 10.438/2002, com duração de 25 anos, a CDE visa ao "desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e

carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional e garantir recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda". (art.13 da Lei n.º 10.438/2002)

No exercício de 2010, foram arrecadados R\$ 3.975,7 milhões, oriundos de diversas fontes de financiamento.

#### **QUADRO VII: Fontes de Financiamento CDE**

| <b>Fonte de Financiamento</b> | <b>R\$ mil</b>      | <b>Participação %</b> |
|-------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Arrecadação de cotas          | 2.879.342,00        | 72,4                  |
| UBP                           | 247.886,10          | 6,2                   |
| Multas ANEEL                  | 115.253,90          | 2,9                   |
| Parcelamentos                 | 158.147,80          | 4,0                   |
| Transf. RGR – Luz para Todos  | 529.989,60          | 13,3                  |
| Rendimento de Aplicações      | 34.026,30           | 0,9                   |
| Outras Fontes                 | 11.031,50           | 0,3                   |
| <b>Total</b>                  | <b>3.975.677,20</b> | <b>100,0</b>          |

Fonte: Resposta à Solicitação de Auditoria nº 201109440/01.

Com o advento da Lei n.º 10.438/2002, o Fundo de Uso do Bem Público - UBP caminhou para a extinção, tendo em vista que sua fonte de recursos foi deslocada para o financiamento da CDE. O Decreto n.º 4541/2002, que regulamenta a mencionada lei, em seu artigo 41, §1º, determina que os recursos arrecadados a título de UBP, a partir da data de publicação da Lei n.º 10.438/2002, fossem creditados na conta-corrente referente à CDE.

Foram aplicados, no exercício sob exame, R\$ 3.846,5 milhões.

#### **QUADRO VIII: Aplicações CDE**

| <b>Aplicação dos Recursos</b> | <b>R\$ mil</b>      | <b>Participação %</b> |
|-------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Baixa Renda                   | 1.649.402,40        | 43,7                  |
| Universalização               | 1.568.336,20        | 40,8                  |
| Carvão                        | 598.727,00          | 15,6                  |
| Outros                        | 25,40               | 0,0                   |
| <b>Total</b>                  | <b>3.846.491,00</b> | <b>100,0</b>          |

Fonte: Resposta à Solicitação de Auditoria nº 201109440/01.

Observa-se que os recursos destinados ao Programa Luz Para Todos, utilizados sob a forma de subvenção econômica, representaram cerca de 85% das aplicações da CDE, sendo 43,7% referentes a subvenção para a subclasse baixa renda, repassados a 49 empresas do setor de energia elétrica, e 40,8% destinados à subvenção para a universalização dos serviços, cujos recursos foram repassados a 53 empresas.

#### **b) Reserva Global de Reversão – RGR**

A RGR foi criada pelo Decreto n.º 41.019/1957 com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e ficará extinta ao final do exercício de 2035, nos termos da medida provisória n.º 517/2010, que alterou o artigo 8º da Lei n.º 40.438/2002.

No exercício de 2010, foram arrecadados R\$ 1.590,2 milhões, referentes às cotas devidas pelos concessionários. Entretanto, somando este valor às outras fontes de financiamento, especialmente ao rendimento das aplicações financeiras e aos recursos referentes às amortizações efetuadas, arrecadou-se R\$ 3.126,4 milhões.

#### **QUADRO IX: Fontes de Financiamento RGR**

| <b>Fonte de Financiamento</b> | <b>R\$ mil</b> | <b>Participação %</b> |
|-------------------------------|----------------|-----------------------|
| Arrecadação de cotas          | 1.590.227,60   | 50,9                  |
| Juros de Reversão             | 11.595,20      | 0,4                   |
| Parcelamentos                 | 12.371,10      | 0,4                   |
| Amortizações                  | 864.871,40     | 27,7                  |
| Rendimento de Aplicações      | 646.095,1      | 20,7                  |
| Outras Fontes                 | 1.278,80       | 0,0                   |

|              |                     |              |
|--------------|---------------------|--------------|
| <b>Total</b> | <b>3.126.439,20</b> | <b>100,0</b> |
|--------------|---------------------|--------------|

Fonte: Resposta à Solicitação de Auditoria nº 201109440/01.

Foram aplicados, no exercício sob exame, R\$ 1.633,4 milhões.

#### **QUADRO X: Aplicações RGR**

| <b>Aplicação dos Recursos</b> | <b>R\$ mil</b>      | <b>Participação %</b> |
|-------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Luz Para Todos*               | 453.654,10          | 27,8                  |
| Reluz*                        | 45.511,90           | 2,8                   |
| Geração*                      | 184.048,40          | 11,3                  |
| Distribuição*                 | 278.669,00          | 17,1                  |
| Transmissão*                  | 71.940,20           | 4,4                   |
| Revital. Parques Term.*       | 15.211,70           | 0,9                   |
| Transf. CDE                   | 529.989,60          | 32,4                  |
| Outros                        | 54.899,40           | 3,3                   |
| <b>Total</b>                  | <b>1.633.924,40</b> | <b>100,0</b>          |

Fonte: Resposta à Solicitação de Auditoria nº 201109440/01.

\* Concessão de financiamentos.

\*\* A rubrica Outros inclui a Verba destinada ao MME

Os financiamentos concedidos representaram cerca de 65% das aplicações da RGR no exercício de 2010, distribuídos entre 64 empresas do setor de elétrico, sendo elas geradoras, transmissoras ou distribuidoras, pertencentes ou não ao grupo ELETROBRAS.

Destaque-se que os financiamentos destinados à execução do Programa Luz Para Todos, juntamente com os destinados às obras de geração e transmissão, responderam por 56% do total aplicado no exercício.

Cerca de 32% dos recursos aplicados foram transferidos à Conta de Desenvolvimento Energético, para atendimento ao Programa Luz Para Todos, com a concessão de subvenções econômicas.

#### **c) Conta de Consumo de Combustíveis - CCC**

Criada pelo Decreto n.º 73.102/1973, a CCC visa ao "rateio dos ônus e vantagens do consumo de combustíveis fósseis para geração de energia termoeletrica. Esse tipo de geração de energia apresenta custos superiores à geração hidroelétrica, na medida em que requer a utilização de combustíveis, como o óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão mineral". (item 4.4.3 da Prestação de Contas da Presidência da República no exercício 2010)

No exercício 2010, foram arrecadados R\$ 4.004,2 milhões, sendo 97% deste recurso financiado pelas cotas devidas pelos concessionários de serviço público de energia elétrica.

#### **QUADRO XI: Fontes de Financiamento CCC**

| <b>Fonte de Financiamento</b> | <b>R\$ mil</b>      | <b>Participação %</b> |
|-------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Arrecadação de cotas          | 3.871.504,00        | 96,7                  |
| Parcelamento                  | 73.162,60           | 1,8                   |
| Rendimento das Aplicações     | 30.957,30           | 0,8                   |
| Outras Fontes                 | 28.615,90           | 0,7                   |
| <b>Total</b>                  | <b>4.004.239,70</b> | <b>100,0</b>          |

Fonte: Resposta à Solicitação de Auditoria nº 201109440/01.

Dos R\$ 3.871,5 milhões arrecadados a título de cotas, 90,8% foram depositados por empresas distribuidoras, 9% transmissoras e o restante por permissionárias.

Foram aplicados, no exercício sob exame, R\$ 3.562,2 milhões.

#### **QUADRO XII: Aplicações CCC**

| <b>Aplicação dos Recursos</b> | <b>R\$ mil</b> | <b>Participação %</b> |
|-------------------------------|----------------|-----------------------|
| Combustíveis                  | 3.039.565,20   | 85,3                  |
| Subrogações                   | 120.903,30     | 3,4                   |



|                        |                     |              |
|------------------------|---------------------|--------------|
| Tranf. p/ CCC- Reserva | 401.860,10          | 11,3         |
| <b>Total</b>           | <b>3.562.328,50</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Resposta à Solicitação de Auditoria nº 201109440/01.

Os recursos repassados a título de reembolso referente ao custeio dos combustíveis utilizados na geração termelétrica representaram cerca de 85,3% das aplicações da CCC; às subrogações foram destinados 3,4% do total aplicado.

Os usos e fontes dos Fundos geridos, conforme Quadros VII a XII, apresentados pela Empresa coadunam-se com os ditames legais vigentes.

## 4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Constatamos, mediante avaliação do Relatório de Gestão, que a ELETROBRAS não possui indicadores capazes de avaliar seu desempenho na execução de seu objeto social, em especial no que se refere à sua atuação enquanto holding e na execução da função governo sob sua responsabilidade, em especial no que se refere à definição de estratégias e direcionamento do setor elétrico, em descumprimento ao item 02-D do ANEXO II da Decisão Normativa - TCU n.º 107/2010. Entendemos que a deficiência em questão decorra do fato de a Empresa, quando da elaboração do CMDE, ter enfatizado a criação de indicadores capazes de avaliar o desempenho de suas subsidiárias, em detrimento da avaliação de seu próprio desempenho como holding e como agente fomentador do setor elétrico, incluindo-se, neste último aspecto, o gerenciamento dos fundos.

A ELETROBRAS informou que para avaliar sua gestão utiliza-se dos seguintes indicadores: a) Lucro Líquido; b) Receita Operacional; c) Custos e Despesas Operacionais; d) Empréstimos e Financiamentos.

As rubricas contábeis a que o gestor se refere, a exemplo do lucro líquido e da receita operacional, quando desvinculadas de metas, não são capazes de avaliar o desempenho da ELETROBRAS na execução de seu objeto social. Ademais, ainda que vinculadas a metas previamente traçadas, as referidas rubricas não seriam capazes de avaliar a atuação da auditada enquanto holding e na execução da função governo.

Em relação ao CEPEL, identificamos, no Relatório de Gestão, o indicador de qualidade, "Pesquisa de Satisfação dos Clientes Externos" que permite uma constante avaliação e aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos para os serviços prestados pelos laboratórios de ensaio e de calibração.

A fonte de dados do índice é realizada por sistema informatizado, com acesso controlado por login, que encaminha a pesquisa de satisfação para todos os clientes, via mensagem eletrônica. O tratamento dos dados é realizado pela Atividade de Qualidade.

Constatamos que o indicador de qualidade apresentado no Relatório de Gestão atende aos critérios de utilidade e mensurabilidade.

### QUADRO XIII: Análise dos Indicadores Apresentados pela ELETROBRAS CEPEL

| Nome do Indicador                          | Descrição do Indicador  | Fórmula de Cálculo  | É útil ao gestor? | É mensurável? |
|--|---|---|-------------------|---------------|
| Índice de Satisfação dos Clientes Externos | Os serviços prestados pelos laboratórios de ensaio e de calibração são avaliados por meio de uma pesquisa de satisfação de clientes externos, que tem como objetivo avaliar a satisfação de clientes e obter sugestões e críticas que permitam a constante melhoria dos serviços prestados. | Média ponderada dos itens: a) Atendimento quando nos procurou; b) Agilidade na emissão da proposta; c) Período marcado pelo laboratório para a realização do serviço; d) Qualidade do serviço técnico realizado (mão de obra, equipamentos); e) Qualidade da apresentação do relatório de ensaio/Certificado de calibração; f) Conteúdo do relatório de ensaio/certificado de calibração; e g) Prazo de entrega<br>(Itens do questionário Clientes Externos dos Laboratórios) | Sim               | Sim           |

### 4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Trata-se da avaliação sobre o funcionamento do sistema de controle interno das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRAS (holding), nos termos da Decisão Normativa TCU n.º 110/2010. Foram objeto desta avaliação os aspectos inerentes ao ambiente de controle, à avaliação de risco, à informação e comunicação e ao monitoramento.

Tendo em vista que os Fundos Setoriais administrados pela ELETROBRAS não dispõem de estrutura administrativa específica, utilizando-se da estrutura de seu administrador, a avaliação específica do funcionamento de seus sistemas de controle interno nos termos propostos pelo Tribunal de Contas da União insere-se no âmbito da própria ELETROBRAS.

Norteamo-nos pelas orientações constantes da obra Sumário Executivo e Estrutura e Gerenciamento de Riscos na Empresa - Estrutura Integrada: Técnicas de Aplicação(2007)- elaborado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission(COSO), pelos princípios trazidos pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (2004), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e pela Lei estadunidense Sarbanes-Oxley - SOX(2002).

São base da nossa análise o Relatório de Administração (2010), o Programa de Ações Estratégicas(PAE 2009-2012) e o Plano Estratégico do Sistema ELETROBRAS (2010-2020).

#### **a) Ambiente de Controle.**

Segundo consta de seu sítio eletrônico oficial, "a ELETROBRAS é administrada por seis diretorias: Presidência, Diretoria de Administração, Diretoria de Planejamento e Engenharia, Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, Diretoria de Tecnologia e Diretoria de Distribuição. Seu Conselho de Administração possui nove integrantes e o Conselho Fiscal é composto atualmente por quatro titulares e igual número de suplentes. Com o objetivo de atender às exigências da lei americana Sarbanes-Oxley (SOX), uma vez que a empresa possui ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, o Conselho Fiscal foi adaptado, passando a contar com um especialista financeiro entre seus membros, exercendo a função de Comitê de Auditoria. A ELETROBRAS tem, ainda, um Conselho Consultivo, integrado por cinco representantes, reconhecidos por sua experiência na alta administração do setor elétrico brasileiro."

Em 25/06/2009, no âmbito da 2.287ª Reunião de Diretoria Executiva, foi emitida a Resolução n.º 550/2009, que resolveu criar o Departamento de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles - PGA, com a finalidade de "administrar a consolidação de informações para a alta administração sobre sua exposição a riscos, bem como garantir o ambiente de controles internos em conformidade com os aspectos regulatórios externos da ELETROBRAS."

Cumpramos ressaltar que, para atender às exigências da SOX, a ELETROBRAS, sob a coordenação do PGA, deu início aos trabalhos de mapeamento de processos e controles. Foram mapeados, para as 14 empresas integrantes do Sistema ELETROBRAS, 3.200 controles e 255 processos.

No que se refere aos valores éticos institucionais, identificamos que a empresa possui código de ética e de conduta profissional.

Segundo informações prestadas pelo Ouvidor Geral da ELETROBRAS, cabe à Comissão de Ética da ELETROBRAS, dentre outras atividades, promover a divulgação dos referidos códigos. Informou, também, que tais documentos foram entregues a todos os funcionários da empresa e que continua a ser entregue aos novos funcionários durante a fase de ambientação.

Evidenciamos que os códigos de ética e conduta profissional estão disponíveis no site da empresa. Verificamos, ainda, quando da análise dos contratos pactuados pela ELETROBRAS, a existência de cláusulas que obrigam aos contratados conhecê-los.

O Departamento de Gestão de Pessoas informou que, no exercício 2010, foi elaborado o Plano de Gestão Integrada de Pessoas do Sistema.

No que se refere ao desenvolvimento de seu pessoal, destacamos a Universidade Corporativa do Sistema ELETROBRAS (Unise), responsável por promover o aprimoramento de seus colaboradores. Entre as realizações da UNISE, merecem destaque os cursos sobre cultura e ética, relacionamento com a imprensa, licitações e história da ELETROBRAS.

A ELETROBRAS irá encaminhar seu formulário 20-F ao mercado americano, com o reporte de algumas deficiências no âmbito das empresas ELETROBRAS, dentre as quais destacamos:- quanto ao ambiente de controle, a série de problemas na estabilização do ERP SAP na ELETROBRAS FURNAS no que tange, dentre outros, aos perfis de acesso e a materiais/pagamentos. Além disso, na ELETROBRAS, teve a entrada em produção de sua nova versão do ERP SAP ao fim de agosto de 2010, não tendo sido possível a estabilidade do ambiente em tempo hábil para a maturidade dos testes SOX, até 31/12/2010. A partir dos problemas já identificados, as duas empresas estão tomando ações de remediação para estabilizar seus ambientes de produção. A ELETROBRAS Holding está em fase de contratação de ferramenta de controle de acesso para o ERP SAP, com previsão de implantação para o fim de 2011.

- Itaipu Binacional é uma questão que deverá ser negociada entre a ELETROBRAS e o auditor independente, pois, assim como, pelas regras estatutárias das SPEs, a Empresa, na qualidade de sócio minoritário, não pode ter acesso irrestrito às informações e ao ambiente de Itaipu. A Lei n.º 5899/1973 (Lei de Itaipu) formalizou um tratado binacional que cria regras próprias de governança. A ELETROBRAS não possui acesso irrestrito às instalações da Itaipu para fins de auditoria independente, havendo, apenas, a permissão de que os auditores da ELETROBRAS acessem os papéis de trabalho dos auditores externos da Itaipu.

Em março de 2010, foi lançado o Plano Estratégico do Sistema ELETROBRAS, que delinea as Premissas corporativas e sua formulação estratégica. Tal documento faz parte da Transformação do Sistema ELETROBRAS, que busca reposicionar a empresa no mercado mundial de energia.

## **b) Avaliação de Risco.**

A Divisão de Gestão de Riscos Corporativos - PGAR, vinculada ao PGA, conforme a Resolução n.º 550/2009, possui como atribuição "a identificação e a avaliação dos riscos corporativos."

A ELETROBRAS define, periodicamente, seu Programa de Ações Estratégicas, onde ficam mensurados seus objetivos, fatores críticos e metas.

Merece destaque a contratação, no exercício 2010, de empresa de consultoria para execução serviços de implantação do modelo de Gestão Integrada de Riscos (GIR) na Eletrobrás.

O Programa de Ações Estratégicas (PAE 2009-2012) está estruturado segundo os seguintes parâmetros: a) Governança Corporativa; b) Investimentos; c) Internacionalização; d) Gestão Corporativa; e) Gestão de pessoas; e f) Imagem da empresa.

No item governança corporativa, traçou-se o objetivo de melhorar o atendimento aos requisitos de sustentabilidade do sistema ELETROBRAS.

Em relação à gestão corporativa, foi eleito como objetivo o alinhamento e a otimização dos processos; merecendo destaque as seguintes metas: a) Obter da certificação SOX; e b) Implementar a gestão de riscos integrada. Acerca do segundo objetivo já foram realizadas ações de criação de áreas e comitês de risco nas empresas de geração e transmissão, exceto ELETROBRAS FURNAS, definição de dicionário e política de riscos, definição de matriz de riscos, implantação dos processos de GIR em um piloto de cinco riscos, priorizados pelo Comitê de Riscos da ELETROBRAS: Gestão do Contencioso, Gestão de SPE's e Consórcios, Novos Negócios e Leilões, Câmbio e Demonstrações Contábeis, e elaboração de um Projeto Básico para a expansão da GIR para as empresas de distribuição.

Para o apoio da GIR está em fase de conclusão a compra um software (GRC), o que possibilitará maior segurança e agilidade e reporte dos riscos corporativos a alta administração das empresas ELETROBRAS.

## **c) Informação e Comunicação.**

A Ouvidoria é um importante canal de comunicação e informação na ELETROBRAS. Segundo consta do sítio eletrônico da Empresa, ela é responsável por receber as solicitações dos manifestantes, enviar para as áreas responsáveis (níveis gerenciais), solicitar resposta das áreas envolvidas e encaminhar a resposta ao manifestante. O atendimento encontra-se informatizado mediante o SOU – Sistema de Gestão da Ouvidoria.

Está disponível no sítio eletrônico da entidade um canal para encaminhamento de manifestações, sejam elas denúncias, elogios, solicitações e sugestões, com a possibilidade de anonimato para quem o desejar. Há, ainda, na Internet, espaço para acompanhar o andamento da manifestação.

No quesito "comunicação", devemos ressaltar a Política de Comunicação Integrada do Sistema, que tem como objetivo a promoção da comunicação integrada entre as empresas ELETROBRAS e dessas com seus públicos de relacionamento, de forma alinhada, coordenada, sinérgica, tendo como base as diretrizes do Planejamento Estratégico e do Código de Ética, visando ampliar a percepção da marca das empresas ELETROBRAS e a reputação corporativa.

Merece destaque, ainda, o conteúdo da intranet da empresa, que conta com informações acerca da legislação vigente, bem como dos normativos internos.

## **d) Monitoramento.**

O monitoramento do funcionamento do sistema de controle da ELETROBRAS fica a cargo da Divisão de Gestão do Ambiente de Controles Internos - PGAC, vinculada ao PGA. A Resolução n.º 550/2009 atribui à referida divisão a fiscalização do "cumprimento dos planos de ação decorrentes de oportunidades de melhorias referentes a não-conformidades no ambiente de controles internos."

A existência de uma área específica para o monitoramento do processo garante a independência necessária ao seu bom andamento.

Merecem destaque os trabalhos realizados para atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, que trazem para a empresa a cultura de que o processo de controle deve ser contínuo e dinâmico, do planejamento ao monitoramento, possibilitando a rápida correção de possíveis falhas.

Outro importante ator no processo de monitoramento é a unidade de Auditoria Interna da ELETROBRAS, que, rotineiramente, aplica testes nos controles implementados.

Salientamos que os resultados dos exames se coadunam com as informações apresentadas pela empresa no relatório de gestão.

Face ao exposto, em que pesem as dificuldades enfrentadas na obtenção da certificação SOX, na parametrização de seu sistema de gestão integrada e no acesso à informações relativas à ITAIPU, concluímos que o sistema de controle da ELETROBRAS contribui para mitigar os riscos corporativos.

#### 4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

De acordo com informações prestadas pela ELETROBRAS, no exercício de 2010, havia 173 convênios vigentes, no montante transferido de R\$ 53.437.726,00 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, setecentos e vinte seis reais).

O escopo dos exames realizados, no que se refere exclusivamente aos repasses efetuados no exercício, estão discriminados na tabela abaixo.

##### QUADRO XIV: Transferências Efetuadas (Convênios Vigentes em 2010) - ELETROBRAS

| Quantidade de Transferência | Montante Repassado R\$ | % Qtde Auditada | % Valor Auditado |
|-----------------------------|------------------------|-----------------|------------------|
| 173                         | 53.437.726,00          | 0,58%           | 1,15%            |

Fonte: Relatório da Gestão 2010 e análises realizadas

No que se refere ao instrumento analisado, constatamos a adequação dos mecanismos de controle utilizados pela ELETROBRAS para o seu acompanhamento. Merece destaque o fato de que a Centrális Elétricas Brasileiras não pactuou convênios com entidades instituidoras de tributos, sendo descabida a avaliação do atendimento aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal exigida pelo TCU.

#### 4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

O quadro abaixo informa a distribuição, por modalidade, dos processos licitatórios realizados pela ELETROBRAS no exercício de 2010.

##### QUADRO XV: Processos Licitatórios Realizados no exercício 2010 - ELETROBRAS

| Modalidade       | Total (R\$)       | % valor sobre o total | Montante auditado | % recursos auditados |
|------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|
| Convite          | R\$ 259.750,00    | 0,36%                 | R\$ 58.000,00     | 22,33%               |
| Concorrência     | R\$ 0,00          | 0,00%                 | R\$ 0,00          | 0,00%                |
| Tomada de Preços | R\$ 951.500,00    | 1,34%                 | R\$ 330.000,00    | 34,68%               |
| Pregão           | R\$ 42.058.450,56 | 59,09%                | R\$ 8.753.799,99  | 20,81%               |
| Dispensa         | R\$ 21.875.434,50 | 30,73%                | R\$ 3.245.640,00  | 14,841%              |
| Inexigibilidade  | R\$ 6.036.342,95  | 8,48%                 | R\$ 1.719.600,00  | 28,49%               |
| TOTAL            | R\$ 71.181.478,01 | 100,00%               | R\$ 14.107.039,99 | 19,82%               |

Fonte: Relatório de Gestão e processos licitatórios realizados.

Observamos que, em 2010, foram utilizados mais recursos financeiros em contratações por Pregão Eletrônico e Dispensa de Licitação.

A seguir, apresentamos os resultados das análises efetuadas sobre os processos de aquisições:

**QUADRO XVI: Aquisições analisadas – ELETROBRAS**

| <b>Número da Licitação</b> | <b>Contratada e seu CNPJ</b>   | <b>Valor da Contratação (R\$)</b> | <b>Oportunidade e Conveniência do Motivo da Licitação</b> | <b>Modalidade da Licitação</b> | <b>Fund. da dispensa</b> | <b>Fund.da inexig.</b> |
|----------------------------|--|-----------------------------------|---|--------------------------------|--------------------------|------------------------|
| PE.12/2010                 | Fatto Consultoria e Sistemas S/S Ltda – CNPJ: 02.434.797/0001-60           | 879.999,99                        | Adequada  | Devida                         | Não se Aplica            | Não se Aplica          |
| CV 03/2010                 | Jordão Mendonça Gastronomia – CNPJ: 07.029.627/0001-14                     | 58.000,00                         | Adequada  | Devida                         | Não se Aplica            | Não se Aplica          |
| PE 32/2010                 | C.M. Couto Sistemas Contra Incêndio Ltda - CNPJ 34.115.188/0001-35         | 7.873.800,00                      | Adequada  | Devida                         | Não se Aplica            | Não se Aplica          |
| TP 01/2010                 | Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda, CNPJ 02.189.924/0001-03         | 330.000,00                        | Adequada  | Devida                         | Não se Aplica            | Não se Aplica          |
| IL 2010.0149               | Gartner do Brasil Serviços de Pesquisa Ltda - CNPJ n.º 02593.165/0001-40 - | 1.039.600,00                      | Adequada  | Não se Aplica                  | Não se Aplica            | Devida                 |
| IL 2010.0069               | Castilho Pereira Advogados - CNPJ – 09.049.652/0001-95 -                   | 680.000,00                        | Adequada  | Não se Aplica                  | Não se Aplica            | Devida                 |
| DL 2010 0036               | Terminal Garagem Menezes Côrtes S.A - CNPJ 02.664.042/0001-52 -            | 270.000,00                        | Adequada  | Não se Aplica                  | Devida                   | Não se Aplica          |
| DL 2010.0022–              | Fundação Instituto de Administração – FIA -- CNPJ – 44.315.919/0001-40     | 2.975.640,00                      | Adequada  | Não se Aplica                  | Devida                   | Não se Aplica          |

Fonte: Análises realizadas nos correspondentes processos.

Destaque-se que a realização de procedimentos licitatórios não se aplicam aos Fundos Setoriais administrados pela Centrais Elétricas Brasileiras, que transfere seus recursos à terceiros mediante financiamento ou subvenção. Especificamente em relação à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, a ELETROBRAS, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201109440/01, informou que “não se aplica, uma vez que a ação da ELETROBRAS como gestora do Fundo se restringe a efetivar as cobranças nos valores determinados pela Aneel e efetivar os reembolsos seguindo regras específicas”, em que pese o fato de o Tribunal de Contas da União, no âmbito do Acórdão n.º 1906/2010-TCU-Plenário, ter determinado à ELETROBRAS que passasse a realizar licitação para a aquisição de combustíveis subsidiados pela CCC.

Como providência às determinações emanadas do citado acórdão, consta da Correspondência n.º CE-PR-1.00.466.10 a informação de que “a ELETROBRAS ELETRONORTE está solicitando a desativação de suas usinas termelétricas junto à ANEEL a partir da data de interligação acima prevista [outubro de 2011]. Portanto, a realização de licitação de combustíveis por período tão restrito, parece-nos inapropriado, pelo que solicitamos conduzir tal posição junto àquele órgão de controle.”

Em decorrência dos exames procedidos, entendemos que os procedimentos realizados pela ELETROBRAS concorreram para a regularidade dos processos de aquisição adotados pela Empresa.

#### 4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

Destacamos, a seguir, o quadro com o quantitativo de empregados por categoria funcional da ELETROBRAS, referente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

##### **QUADRO XVII: Composição do quadro de Recursos Humanos – ELETROBRAS.**

| Pessoal            | Categoria   | 2008         | 2009         | 2010         |
|--------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
|                    |             | Qtde         | Qtde         | Qtde         |
| Próprio            | CLT         | 1.019        | 1.095        | 1.105        |
| Estagiários        | Nível Médio | 246          | 265          | 197          |
|                    | Superior    |              |              |              |
| Requisitados       | Com ônus    | 158          | 200          | 208          |
|                    | Sem ônus    | -            | -            | -            |
| Empregados Cedidos | Com ônus    | -            | -            | -            |
|                    | Sem ônus    | 32           | 32           | 36           |
| <b>Total</b>       |             | <b>1.459</b> | <b>1.596</b> | <b>1.546</b> |

Fonte: Relatório de Auditoria n.º 245314 e Relatório de Gestão.

O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, estabeleceu como limite máximo para o quadro de pessoal próprio da ELETROBRAS, para o exercício de 2010, segundo informação do Relatório de Gestão, 1.206 empregados.

Observando-se as informações anteriormente expostas, verifica-se um ligeiro aumento da força de trabalho no exercício de 2010, o que se explica pela incorporação de novos concursados e aumento do número de requisitados.

Em termos de remuneração, da análise do quadro evolutivo das horas extraordinárias, cujos gastos corresponderam a R\$ 1.760,2 mil, em 2010, observamos que, após uma sequência de quedas no volume de horas extras realizadas entre os exercícios de 2007 e 2009, a quantidade de horas realizadas no exercício 2010 voltou a subir, representando um acréscimo de 18% em relação ao exercício anterior; observamos, ainda, a existência de 26 empregados que realizaram uma média mensal superior à 40 horas extraordinárias no período de um ano, o que representou pagamentos no montante de R\$ 905,0 mil, contrariando exigência do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

##### **QUADRO XVIII – Evolução Histórica de Horas Extras Anuais**

| Exercício | N.º H.E. Anuais |
|-----------|-----------------|
| 2010      | 43.664          |
| 2009      | 35.864          |
| 2008      | 46.339          |
| 2007      | 51.934          |
| 2006      | 43.421          |

Fonte: Relatório de Auditoria nº 224.592 e Resposta à Solicitação de Auditoria nº 201109440/09

Em que pese o fato de o quantitativo de horas extras realizadas terem aumentado no exercício sob exame, acreditamos que a força de trabalho disponível na ELETROBRAS é suficiente, posto que segundo informações prestadas pela auditada, as horas extraordinárias realizadas decorreram de atividades com demanda sazonal.

Acerca dos procedimentos para cessão e requisição de empregados, a ELETROBRAS dispõe da Instrução Normativa ERH-06, de 25/09/2007. Selecionamos, para análise, processos referentes a seis empregados cedidos, representando 5,1 % do universo de cedidos, e quatro empregados requisitados, representando 1,9 % do total de requisitados. Verificamos, em todos os processos analisados, a aderência ao referido normativo.

A Empresa adota procedimento adequado concernente ao cadastramento de atos no SISAC, uma vez que evidenciamos que todos os empregados admitidos foram cadastrados no sistema.

#### 4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

O Tribunal de Contas da União emitiu, em favor da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRAS, no exercício 2010, 11 Acórdãos havendo, ainda, acórdãos de outros exercícios, diferentes de 2010, com orientação expressa do TCU para

manifestação sobre os respectivos atendimentos no presente relatório.

Em atendimento à determinação contida no item 9.4 do Acórdão TCU-Plenário n.º 2591/2009 procedemos à verificação do cumprimento das cláusulas pactuadas no 1º Termo Aditivo n.º ECE-411-A/2009 ao Contrato ECE n.º 411/2008. Foram averiguadas as providências adotadas pela ELETROBRAS, tendo sido analisadas cópias das Notas Fiscais com os valores glosados após a assinatura do 1º Termo Aditivo n.º ECE-411-A/2009 ao Contrato ECE n.º 411/2008.

No que se refere ao Acórdão TCU n.º 2555/2010 - TCU - 2ª Câmara, conforme determinação 1.7.1, é requerido o acompanhamento e registro das providências adotadas pela Eletrobrás para o cumprimento integral das determinações constantes do Acórdão n.º 810/2003 - TCU - 1ª Câmara. O referido Acórdão determinou à empresa que, no tocante aos contratos de financiamento elaborados pela entidade, fosse indicado o objeto do contrato com precisão, incluindo a localização detalhada de onde será executado, com os respectivos quantitativos; que fossem previstas sanções para o caso em que os recursos fossem aplicados em fim diverso do estipulado no contrato; que fosse previsto que não sejam aceitos na prestação de contas despesas com compras, obras ou serviços, efetivados antes da assinatura do contrato de financiamento; que fosse verificada a regularidade das licitações realizadas pelos contratados, conforme já previsto hoje na cláusula quinta dos contratos de financiamento e no art. 1º, alínea 'c' e art. 7º, ambos das 'Condições Gerais dos Contratos de Financiamento - Eletrobras'; e que fosse incluída cláusula em que a mutuária se comprometeria a por à disposição das equipes de fiscalização da Secretaria Federal de Controle e do Tribunal de Contas da União toda a documentação referente à utilização dos recursos financiados.

Para verificação da implementação das determinações, foram selecionados os Contratos de Financiamento ECF-2815/2010 (FURNAS) e ECF-2820/2010 (ELETROACRE), tendo sido observado que, em que pese as manifestações apresentadas, no sentido de que o atendimento já se haveria efetivado, não identificamos a existência das cláusulas previstas nos itens 9.8.2, 9.8.3 e 9.8.5 do Acórdão n.º 810/2003 - TCU - 1ª Câmara. A Empresa, então, informou que, no âmbito dos contratos ECF-2820/2010 (Eletroacre) e ECF-2815/2010 (Furnas), ambos referentes ao Programa RELUZ, a Diretoria Executiva da ELETROBRAS, por intermédio da RES-1062/2010, de 29/09/2010, aprovou o aditamento dos mencionados contratos, de modo a incluir nos mesmos as cláusulas previstas nos itens 9.8.2, 9.8.3 e 9.8.5 do Acórdão n.º 810/2003 - TCU - 1ª Câmara. Com base na citada Resolução foram elaborados os respectivos aditivos aos contratos. Diante do exposto, consideramos que a entidade está tomando providências para se adequar às determinações constantes no Acórdão n.º 810/2003 - TCU - 1ª Câmara.

Por força do estabelecido no item 1.6.2. do Acórdão n.º 860/2011 - 2ª Câmara, caberia o pronunciamento, neste relatório, sobre o cumprimento dos subitens 1.5.1.4.2.1, 1.5.1.4.2.2, 1.5.1.4.2.3, 1.5.1.4.2.4, 1.5.1.4.2.5 e 1.5.1.4.2.6 do Acórdão n.º 1.914/2009-2ª Câmara. Os citados itens referem-se a determinações à Eletrobras quando da celebração de convênios, contratos ou projetos com recursos de organismos internacionais. Como não identificamos a efetivação dos citados instrumentos, não foi possível verificar o atendimento solicitado.

Em atendimento à determinação contida no item 1.8 do Acórdão TCU n.º 1622/2010 - 2ª Câmara, informamos, a seguir, as providências adotadas pela Eletrobrás para o cumprimento integral da determinação constante do item 9.2 do Acórdão n.º 1802/2003, Plenário, o qual determina à ELETROBRAS que informe nas contas anuais, em título específico, os desembolsos realizados em cumprimento ao disposto na Cláusula Terceira do Contrato Econômico-Financeiro para Implantação e uso da Estação Conversora de Rivera e de Intercâmbio de Energia Elétrica entre Brasil e Uruguai, de 30/01/1997, em favor da Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Electricas - UTE, e junte ao respectivo processo cópia de pareceres técnicos que comprovem a exatidão dos valores a serem ressarcidos, da ata da reunião de diretoria que vier a aprovar esses ressarcimentos e dos elementos relacionados no item 6 da cláusula terceira do referido contrato. Em atendimento à citada determinação a Empresa informou que nas contas anuais da ELETROBRAS, representada por seu Balanço de Pagamentos, são considerados, em item de custo específico, todos os desembolsos realizados com o Contrato Econômico-Financeiro da Estação Conversora de Rivera e de Intercâmbio de Energia Elétrica entre Brasil e Uruguai, de 30/01/1997, em favor da Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Electricas - UTE, que podem ser verificados em seus lançamentos individuais. Assim, dentro da estrutura de custos da ELETROBRAS, existe uma ordem criada para controlar os gastos associados com a manutenção e operação da conversora de Rivera. Entretanto não há divulgação específica nas Demonstrações Contábeis da Companhia, dada sua imaterialidade nas operações, visto que o último movimento ocorrido na ordem foi em 2006. Acrescentou que a cópia de pareceres técnicos que comprovam a exatidão dos valores ressarcidos, da ata da reunião de diretoria que aprovou os ressarcimentos e dos elementos relacionados no item 6 da cláusula terceira do referido contrato encontravam-se à disposição de todos os agentes interessados em verificar tais documentos, inclusive a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União. Requisitamos, portanto, a apresentação da documentação disponível, tendo sido apresentados as informações seguintes: Informação Técnica DFI - 178/2003, de 29/07/2003; Resolução n.º 15 da ANEEL, de 14/01/2000; Contrato Econômico-Financeiro para Implantação e Uso da Estação Conversora de Frequência de Rivera e de Intercâmbio de Energia Elétrica entre Brasil e Uruguai, de 30/01/1997; Deliberação do Conselho de Administração DEL-057/2003, de 12/08/2003; Resolução da Diretoria Executiva RES-490/2003, de 05/08/2003; Termo Aditivo n.º 01 ao Contrato Econômico-financeiro para Implantação e Uso da Estação Conversora de Frequência de Rivera e de Intercâmbio de Energia Elétrica entre Brasil e Uruguai.

Ainda por força do disposto no item 1.8 do Acórdão TCU n.º 1622/2010 - 2ª Câmara, informamos, a seguir, as providências adotadas pela Eletrobrás para atendimento às demais determinações relativas às falhas examinadas no âmbito das contas tratadas no citado Acórdão. No item 1.7.1., é requerido que a Empresa faça constar do Relatório de Gestão as metas, os indicadores e os resultados alcançados, com as devidas justificativas para o seu não atingimento, pertinentes aos departamentos vinculados às Diretorias da Eletrobrás, em observância às disposições contidas nos itens 02 a 04 da Parte "A" do Anexo II da Decisão Normativa TCU-100/2009; e informações sobre a correta aplicação dos recursos repassados mediante convênio, bem como quanto aos projetos e programas financiados com recursos externos, indicando se foram alcançados os objetivos e metas programadas, em conformidade com os itens 06 e 08 da Parte "A" do Anexo II

da Decisão Normativa TCU 100/2009. Já no item 1.7.2., é determinado que a Empresa observe as recomendações da SFC contidas no Relatório nº 166978 - Auditoria Projeto PNUD BRA/01/001, especificamente quanto aos fatos apontados nos itens 8.1.1.1, 9.1.1.1, 9.1.1.2, 9.2.1.1 e 10.1.1.1 daquele relatório. Acerca do atendimento às citadas determinações, observamos que, quanto ao item 1.7.1, no âmbito de indicadores, o item 1.7.1.1 permanece pendente de implementação, uma vez que não identificamos a existência de indicadores que permitam avaliar a gestão da Empresa. Quanto à informação relacionada a convênios repassados, verificamos que, em seu Relatório de Gestão, a Empresa apresentou as informações requeridas pelo TCU mediante a DN TCU n.º 107/2010. Em termos de recursos externos, porém, a ELETROBRAS não celebrou, no exercício, nenhum instrumento. Portanto, restou prejudicada a verificação do atendimento à segunda parte do item 1.7.1.2 e ao item 1.7.2.

Verificamos a adequada e oportuna implementação das recomendações expedidas pela CGU quando da avaliação da gestão referente ao exercício de 2009. Realizamos reuniões com a Auditoria Interna, coletamos informações relativas às medidas adotadas para implementação das citadas recomendações. Com base na análise dos documentos apresentados consideramos satisfatórias as medidas adotadas pela ELETROBRAS para atendimento das recomendações analisadas.

Verificamos, ainda, com base nas informações contidas no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna e em documentos apresentados pela Auditoria Interna, que as implementações das recomendações exaradas pela unidade foram concluídas ou estão em implementação e não houve casos de não acatamento das recomendações.

À exceção do Acórdão n.º 1906/2010-TCU-Plenário, que trata da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, não foram emitidas, no exercício, determinações à ELETROBRAS referentes aos Fundos Setoriais. Em relação ao atendimento do disposto no citado acórdão, a auditada informou que não implementou as determinações por entendê-las inapropriadas, apresentando à Corte Federal de Contas suas justificativas.

#### 4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

As informações requeridas pela DN TCU n.º 110/2010 sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos não se aplicam à auditada, uma vez que a ELETROBRAS não apresentou saldos contábeis em contas relacionadas a reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

#### 4.9 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

A ELETROBRAS informou que, no exercício sob exame, "não ocorreram pactuações passíveis de se enquadrar na necessidade de audiência ou chamamento público".

Em relação aos Fundos Setoriais administrados pela Centrais Elétricas Brasileiras, esta informou que não pactua convênios com os recursos dos fundos.

#### 4.10 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

De forma geral, as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres não estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Em relação aos Fundos Setoriais administrados pela Empresa, não foram efetivadas contratações ou celebrados instrumentos de transferência com os recursos dos fundos.

#### 4.11 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Os controles internos instituídos pela ELETROBRAS mostraram-se adequados no que tange à cobrança e ao tratamento da entrega de declarações de bens e rendas de seus dirigentes, referentes ao exercício de 2010. Portanto, a Entidade atende à Lei n.º 8.730/93, havendo o adimplemento da obrigação de apresentação das citadas declarações.

Os dirigentes dos Fundos Setoriais administrados pela Empresa são os mesmos da própria ELETROBRAS.

#### 4.12 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Em seu Relatório de Gestão, a ELETROBRAS informou que a gestão de bens de uso especial não se



aplica à Empresa.

Verificamos, no entanto, os procedimentos adotados no âmbito dos cinco imóveis sob a responsabilidade da ELETROBRAS, os quais se dividem em dois grupos:

a) Edificações utilizadas como escritórios por colaboradores da Eletrobrás, em prédios compartilhados com outras empresas, em condomínios;

b) Terrenos (dois), cedidos através de contratos de cessão de direito de uso, às empresas ELETROBRAS FURNAS (Macaé – RJ) e Itaipu (Guaíra – PR);

Quanto ao primeiro grupo, os imóveis são mantidos, permanentemente, através de contratos firmados pela ELETROBRAS com empresas prestadoras de serviços especializados de manutenção predial, segurança patrimonial e proteção contra incêndio, em suas áreas privativas e, pelos condomínios dos prédios ocupados, em suas áreas comuns.

Quanto ao segundo grupo, a manutenção, conservação e demais obrigações legais, são realizadas pela ELETROBRAS FURNAS e Itaipu, respectivamente, com acompanhamento pela ELETROBRAS.

A área responsável pela gestão dos bens imóveis é a Divisão de Administração das Instalações Prediais – DAAA, vinculada ao Departamento de Administração Geral – DAA.

Segundo a UJ, os processos de trabalho relativos à gestão de imóveis já foram mapeados pelo projeto SOX (Lei Sarbanes-Oxley) e estão em fase de testes e validação.

Com relação às rotinas adotadas de programação e acompanhamento da manutenção predial, segurança patrimonial e proteção contra incêndio dos imóveis, a UJ informou que foram estabelecidas nos termos de referência constantes das licitações para contratação dos referidos serviços especializados, fazendo, portanto, parte do escopo dos contratos.

Quanto às rotinas de diagnóstico periódico dos imóveis ocupados pela ELETROBRAS, a holding adota três programas, consolidados em laudos técnicos anuais, elaborados por peritos independentes, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), quais sejam:

-Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);

-Programa de Inspeção das Instalações Elétricas (INTEL);

-Programa de Avaliação das Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio.

Nos imóveis ocupados pela ELETROBRAS, estão implantados sistemas de controle de acesso e trânsito interno, regulamentados por norma específica, com o apoio de empresa prestadora de serviços de segurança pessoal privada.

Quanto aos terrenos, as rotinas de segurança e uso são estabelecidas pela ELETROBRAS FURNAS e Itaipu, de acordo com as características de utilização de cada um deles e nos termos do comodato firmado com ambas as empresas e vistoriado, periodicamente, pela ELETROBRAS.

Pelo exposto, restou demonstrado que a ELETROBRAS adota as medidas necessárias ao devido gerenciamento de seus bens imóveis.

#### 4.13 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Verificamos a adequação da estrutura de Tecnologia da Informação – TI da Empresa quanto aos aspectos abaixo detalhados:

##### **a) Planejamento Estratégico de TI**

A ELETROBRAS possui desenvolvido o Planejamento Estratégico do Departamento de Tecnologia da Informação. O documento mostra-se adequado ao fim a que se propõe, que é estabelecer as diretrizes do Departamento de TI.

Não identificamos, no entanto, a existência de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação aprovado pela alta administração e alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional, baseado em análise de riscos e com o envolvimento de representantes de todas as áreas da Empresa.

Evidenciamos, ainda, que, por intermédio da Resolução de Diretoria n.º 125/2009, de 11/02/2009, alterada pela Resolução de Diretoria n.º 454/2009, de 26/05/2009, foi aprovada a Criação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Processos Organizacionais da ELETROBRAS – Cotipo, sendo estabelecidas suas atribuições, dentre as quais a de definição de prioridades de investimento e alocação de recursos em projetos relacionados à tecnologia da informação.

A ausência de um Planejamento Estratégico de TI aumenta a carga de responsabilidade do Cotipo e traz o risco de que soluções equivocadas sejam adotadas, o que pode gerar elevados custos financeiros e operacionais, contrariando os princípios constitucionais de eficiência e da economicidade afetos à Administração Pública.

Concluímos, portanto, ser insuficiente o quesito planejamento de TI no âmbito da ELETROBRAS.

#### **b) Política de Segurança da Informação**

O Departamento de Tecnologia da Informação – DAI da ELETROBRAS é a unidade responsável pela Política de Segurança da Empresa. Por intermédio da Divisão de Planejamento, Controle e Gestão de TI - DAIG, subordinada ao DAI, é efetivada a coordenação das ações relacionadas à contínua atualização e cumprimento do Plano de Segurança de Tecnologia da Informação e Telecomunicação de Dados e VoIP na ELETROBRAS.

O documento Plano de Segurança da ELETROBRAS, por sua vez, prevê a constituição de um Comitê de Segurança em Tecnologia da Informação ou Comitê de Segurança em TI – CSTI.

O Plano de Segurança da Informação da ELETROBRAS foi aprovado mediante a Resolução de Diretoria n.º 957/2007, realizada em 04/12/2007, e apresenta conceitos e princípios adotados, além de conter detalhamento das responsabilidades, e a Política de Segurança da Empresa. Constam, também, orientações concernentes à Gestão de Continuidade de Negócios, ao Gerenciamento das Operações e Comunicações, e aos Testes de Procedimentos, visando à identificação de falhas. Estabelece, ainda, as normas complementares, internas e externas, associadas.

A existência de um Plano de Segurança de Tecnologia da Informação e de áreas específicas para o tratamento da segurança, no caso o DAI, DAIG e CSTI, demonstra que a ELETROBRAS reconhece a importância da segurança da informação na organização e possui gestão de segurança da informação implementada.

#### **c) Recursos Humanos de TI**

A ELETROBRAS possui 104 empregados próprios, 25 de nível médio, e os demais com nível superior completo, e 16 terceiros, 14 de nível médio e os demais superior completo.

Os empregados próprios da ELETROBRAS atuam com exclusividade em todas as atividades relacionadas à TI na empresa, à exceção da atividade de Suporte, estando as suas formações acadêmicas, a maior parte diretamente ou indiretamente relacionada à TI, coerentes com as atividades desenvolvidas. Entendemos que a distribuição apresentada pela Empresa demonstra estar atrelada ao pessoal próprio a execução das atividades críticas à gestão, estando os terceiros atrelados a atividades típicas de terceirização.

#### **d) Desenvolvimento e Produção de Sistemas**

No âmbito do desenvolvimento de sistemas, a ELETROBRAS disponibilizou documentos que estabelecem o ciclo de atendimento a uma demanda para o desenvolvimento de um determinado sistema e o processo de atendimento de solicitações de serviços de informatização de processos encaminhadas ao Departamento de Tecnologia da Informação pelas áreas usuárias de sistemas de informação da Empresa, além do documento Disciplina de Desenvolvimento de Sistemas – DDS.

O conjunto de documentos apresentados, concernentes ao desenvolvimento de sistemas, bem como outros que são citados como complementares, constitui-se na metodologia de desenvolvimento de sistemas da ELETROBRAS.

Quanto à definição de acordo de níveis de serviço no âmbito interno, a ELETROBRAS informou que não possui este tipo de exigência em nenhum documento oficial. Foi disponibilizado, no entanto, os Acordos de Nível de Serviço celebrados com as duas empresas contratadas para desenvolvimento de sistemas atualmente, conforme contratos ECE-561/2010 e ECE-583/2010, e os respectivos controles, os quais consideramos adequados.

#### **e) Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI**

A ELETROBRAS possui 110 soluções de TI, 18,2% desenvolvidas externamente e 81,8% internamente. O maior quantitativo de sistemas está atrelado a empregados próprios; porém, os pacotes adquiridos externamente referem-se a soluções de TI contratadas que interferem na gestão da empresa, relacionadas ao ambiente de negócios e processos críticos. Nestes casos, observamos que houve o cuidado de que a manutenção dos sistemas fosse realizada pela equipe interna com o suporte contratual junto ao fornecedor, o que demonstra preocupação com a continuidade dos negócios e atenua a dependência relacionada ao fornecedor externo.

A Empresa possui processo de trabalho formalizado para contratação de bens e serviços de TI, conforme o item 3.8 do documento denominado “EAG-10 – Contratações de Bens, Materiais, Obras e Serviços”, aprovado pela Resolução de Diretoria n.º 872/2009.

Entendemos que a ELETROBRAS possui procedimentos específicos de contratação relacionados a TI e efetua adequada gestão de seus recursos.

As conclusões acima relatadas coadunam-se com a informação apresentada pelo gestor quando do preenchimento do quadro “Gestão de TI da UJ” constante do Relatório de Gestão, exceto quanto ao quesito de planejamento estratégico de TI, que o gestor considerou totalmente válido, e ao nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento próprio, onde consta, no Relatório de Gestão, o percentual de 10%, diferente do percentual de 18,2% obtido mediante relação de soluções apresentada pela Empresa.

Tendo em vista que os Fundos Setoriais administrados pela ELETROBRAS não dispõem de estrutura administrativa específica, utilizando-se da estrutura de seu administrador, a avaliação específica acerca da estrutura de Tecnologia da Informação – TI nos termos propostos pelo Tribunal de Contas da União insere-se na verificação realizada para a

#### 4.14 Avaliação do Cumprimento do Acórdão TCU-Plenário 2.132/2010 - Terceirização

No atendimento ao Acórdão TCU n.º 2132/2010 – Plenário, a ELETOBRAS informou que “no âmbito da holding não existem terceirizações que não se encaixem nas molduras da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho – TST e do Decreto n.º 2.271/97, aplicado de modo analógico à Administração Paraestatal”; informou, ainda, que está coordenando os estudos objeto do item 9.1.1.1 do Acórdão TCU/Plenário n.º 2.132/2010, no âmbito das empresas que integram o sistema ELETOBRAS, e que, em face de sua complexidade organizacional ainda não foi finalizado.

Em atendimento à determinação contida no item 9.3 do Acórdão TCU-Plenário n.º 2.132/2010, verificou-se, portanto, que a ELETOBRAS tem adotado medidas suficientes para atender demanda do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, decorrente do referido acórdão. Evidenciamos que a ELETOBRAS vem realizando o papel de coordenação dos estudos a serem efetivados por suas subsidiárias, realizando as cobranças devidas para que os levantamentos sejam efetivados nos prazos estabelecidos. Neste aspecto, destacamos que a holding vem cobrando e reiterando à ELETOBRAS FURNAS o cumprimento dos levantamentos demandados pelo DEST.

#### 4.15 Conteúdo Específico

A ELETOBRAS é entidade integrante do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM, nos termos do Decreto n.º 4.799, de 04/08/2003, na forma estabelecida pelo Acórdão TCU n.º 39/2003-P.

Anualmente, por exigência da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM-PR, a Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos (PGE) elabora o Plano anual de Comunicação (PAC) da ELETOBRAS. As ações de publicidade institucional são realizadas em obediência aos despachos, portarias e normas expedidas pela SECOM – PR. Qualquer ação publicitária é previamente encaminhada para a avaliação da SECOM-PR e somente após o recebimento da conformidade é realizada a sua veiculação.

A ELETOBRAS conduz as atividades de comunicação publicitária em consonância com as diretrizes do seu Planejamento Estratégico. O PAC é elaborado sobre essas premissas, com o objetivo maior de promover e divulgar a marca da ELETOBRAS, tornando-a conhecida por todos os seus públicos de relacionamento. O planejamento das ações de publicidade para alcançar esses objetivos é feito por meio da Agência de Publicidade contratada e validado pela PGE/ELETOBRAS.

Assim, para a prestação dos serviços de publicidade, a Empresa contratou, no exercício de 2007, uma agência, cujo contrato vem sendo aditado desde então. O objeto do Contrato ECE-338/2007 constituiu a prestação de serviços de publicidade da ELETOBRAS, compreendendo: a) estudo, criação/concepção, execução interna, supervisão da execução externa e distribuição de campanhas e peças e materiais publicitários; e ) elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual.

Analisamos os aditivos celebrados no exercício de 2010, os quais se apresentaram regulares.

De forma a verificar a compatibilidade entre o serviço executado e o serviço previamente aprovado pela ELETOBRAS, solicitamos as notas fiscais referentes aos meses de janeiro e abril de 2010 e os documentos de respaldo a esses pagamentos, que representaram 30,8% do valor total faturado de R\$ 21.321,2 mil, no exercício sob exame.

Com base nas informações e documentações apresentadas e análises efetivadas, consideramos adequado o Plano de Comunicação de 2010, bem como os instrumentos utilizados para avaliar a sua efetividade.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

### **III - CONCLUSÃO**

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Informamos que o servidor listado abaixo, cuja assinatura não foi aposta neste relatório, não estava presente quando da geração final deste documento por motivo previsto legalmente, apesar de ter efetivamente atuado como membro da equipe de auditoria.

Rio de Janeiro/RJ, 20 de setembro de 2011.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**

**CERTIFICADO N°** : 201109440  
**UNIDADE AUDITADA** : 910808 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO N°** : 00218.000645/2011-68  
**MUNICÍPIO - UF** : Rio de Janeiro - RJ

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU n° 63/2010, praticados no período de **01/01/2010 a 31/12/2010**.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da(s) unidade(s) auditada(s).

3. A partir dos exames realizados, as seguintes constatações, que estão detalhadas no respectivo Relatório de Auditoria, impactaram de forma relevante a gestão da(s) unidade(s) examinada(s), sendo necessária a atuação e acompanhamento das providências preventivas e/ou corretivas por parte dos agentes listados no art. 10 da IN TCU n° 63/2010:

**UNIDADE EXAMINADA:CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A**

**Relatório - Item: 201109440 - 2.1.1.1**

**Descumprimento, de forma sistemática, do limite legal de duas horas suplementares fixado pelo art. 59 do DECRETO-LEI n.º 5.452 - CLT, resultando no pagamento do montante de R\$ 905,0 mil a 26 empregados.**

4. Assim, em função dos exames aplicados sobre os escopos selecionados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas n° 201109440, proponho que o julgamento das contas dos agentes listados no art. 10 da IN TCU n° 63/2010 da(s) unidade(s) em questão seja encaminhado como a seguir indicado, em função da existência denexo de causalidade entre os atos de gestão de cada agente e as constatações a seguir especificadas:

4.1 Agentes com proposta de encaminhamento pela gestão **REGULAR COM RESSALVAS:**

| <b>Cargo</b> | <b>Unidade Examinada</b> | <b>Relatório - Item</b> |
|--------------|--------------------------|-------------------------|
|--------------|--------------------------|-------------------------|

|   |                                       |                     |
|---|---------------------------------------|---------------------|
| Diretor Financeiro e de<br>Relação com Investidores no<br>período de 1/1/2010 até<br>31/12/2010 | CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS<br>S/A | 201109440 - 2.1.1.1 |
|---|---------------------------------------|---------------------|

5. Esclareço que os demais agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 que não foram explicitamente mencionados neste certificado têm, por parte deste órgão de controle interno, encaminhamento para julgamento proposto pela **regularidade** da gestão, tendo em vista a não identificação de nexos de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos referidos agentes.

Rio de Janeiro/RJ, 20 de setembro de 2011

---

CARLOS HENRIQUE DE CASTRO RIBEIRO  
Chefe da CGU-Regional/RJ - Substituto



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO Nº : 201109440  
EXERCÍCIO : 2010  
PROCESSO Nº : 00218.000645/2011-68  
UNIDADE AUDITADA : 910808 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A  
CIDADE : Rio de Janeiro - RJ

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. Os avanços mais marcantes da gestão da Eletrobras *holding* em 2010 foram o lançamento do primeiro planejamento integrado das empresas do sistema, a ampliação da participação do grupo na geração de energia nacional, o saneamento econômico das distribuidoras controladas, a implementação do novo plano de carreira do grupo, o aumento de 17,4% da aplicação de recursos oriundos dos fundos setoriais, o investimento de R\$ 1,7 bilhão no Programa Luz para Todos e o aumento de 146,8% do lucro líquido da Eletrobras.

2.1 Foi lançado em 2010 o primeiro planejamento integrado das empresas do grupo Eletrobras, estabelecendo a missão, a visão, e os valores que orientarão as ações das controladas e da controladora. Dentro desse contexto, foi elaborado o planejamento estratégico das empresas do grupo, definindo os objetivos e metas a serem perseguidas.

2.2 A Eletrobras participou com 49,98% do capital do consórcio vencedor da UHE Belo Monte, com 11 mil MW de capacidade instalada, o que proporcionará a ampliação de sua participação na geração de energia nacional. O segmento representou 54% das receitas auferidas pela empresa em 2010.

2.3 A  *Holding* promoveu o saneamento econômico das distribuidoras controladas, por meio da conversão de R\$ 11,7 bilhões de dívidas em capital, com o objetivo de melhorar sua eficiência fiscal.

2.4 A Eletrobras implementou o novo plano de carreira e remuneração, unificando as políticas e diretrizes de carreiras, cargos e remuneração das empresas,

definindo as competências gerais para os cargos amplos e para as funções gerenciais e de assessoramento.

2.5 A respeito dos fundos setoriais administrados, observou-se um aumento da aplicação total de recursos, os quais totalizaram mais de R\$ 10 bilhões, 17,4% superior ao montante verificado no exercício de 2009. Daquele montante, R\$ 3,8 bilhões foram oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, em sua maioria destinados ao Programa Luz Para Todos, sob a forma de subvenção econômica, R\$ 1,6 bilhão da Reserva Global de Reversão - RGR, para financiamento de obras em 64 empresas do setor de elétrico, e R\$ 3,6 bilhões da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, repassados a título de reembolso referente ao custeio dos combustíveis utilizados na geração termelétrica.

2.6 Pela operacionalização do Programa Luz Para Todos, com gastos de R\$ 1,7 bilhão, foram assinados, entre a Eletrobras e os Agentes Executores, 33 contratos de financiamento e concessão de subvenção para a realização de obras de eletrificação rural e 17 contratos de concessão de subvenção para atendimento à população de extremo isolamento de forma sustentável, priorizando a utilização de fontes renováveis de energia. Esses contratos assinados possibilitaram o atendimento de mais de 400 mil domicílios.

2.7 O lucro líquido da Eletrobras no exercício financeiro de 2010 foi de R\$2.248 milhões, 146,8% superior ao apresentado no período anterior. O aumento do lucro líquido deveu-se, entre outros fatores, ao crescimento de 11% da Receita Operacional Líquida da empresa, que foi de R\$ 27.419 milhões.

3. Dentre as situações a seguir identificadas pode-se citar a que proporcionou um impacto na gestão decorrente de descumprimento, juntamente com as que, apesar de crítica, não impacta diretamente a gestão.

3.1 Foi verificado o descumprimento, de forma sistemática, do limite legal de duas horas suplementares fixado pelo art. 59 do Decreto-Lei n.º 5.452 - CLT, resultando no pagamento do montante de R\$ 905,0 mil a 26 empregados.

3.2 A empresa ainda carece de indicadores capazes de avaliar a gestão da Eletrobras na qualidade de holding e de gestora dos fundos administrados. Os indicadores são instrumentos de gestão essenciais às atividades de monitoramento e avaliação das organizações, bem como de seus projetos, programas e políticas, e permitem o acompanhamento do atingimento das metas, a identificação de avanços e de melhorias, a correção de desvios, a sinalização de modificações necessárias, dentre outros. Assim sendo, a ausência de indicadores traz riscos à gestão da empresa em decorrência de não haver meios objetivos de obtenção das informações sobre o estado real do desempenho e o seu comportamento, e instrumentos que permitam a avaliação dos dados presentes em comparação a desempenhos anteriores de forma a permitir a realização de proposições valorativas.

3.3 Situação semelhante, atrelada à gestão institucional, refere-se à ausência de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI. A ausência de um Planejamento



Estratégico de TI de forma a ordenar a alocação dos recursos e definir prioridades entre as atividades finalísticas da organização, em conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional, fragiliza as aquisições e contratações efetivadas, aumentando a responsabilidade do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Processos Organizacionais da Eletrobras. A ausência de um Planejamento Estratégico de TI traz o risco de que soluções equivocadas sejam adotadas, o que pode gerar elevados custos financeiros e operacionais, contrariando os princípios constitucionais de eficiência e da economicidade afetos à Administração Pública.

4. Diante das situações elencadas no item anterior, trabalhou-se com as recomendações a seguir, focando-se as causas estruturantes das fragilidades:

4.1 A precariedade dos controles internos sobre o pagamento de horas extras propiciou o desembolso de recursos em montante superior às duas horas extraordinárias permitidas pela legislação trabalhista. Nesse sentido, recomendou-se uma ação mais efetiva do Diretor Financeiro, responsável pelas atividades de gestão de pessoas, segundo o Regimento Interno da estatal.

4.2 Acerca da constatação com impacto à gestão, ficou caracterizada a fragilidade nos controles internos existentes relacionados à gestão das horas extras realizadas. Diante disso fica clara a necessidade de reestruturação dos mecanismos de gerenciamento e controle, de modo a promover a restrição da realização de horas extras no âmbito da Eletrobras. Agrava a situação, o fato da fragilidade já ter sido apontada nos relatórios de auditoria de avaliação da gestão dos anos de 2007 e 2008.

4.3 Quanto às situações apresentadas no item anterior que não representaram constatações de impacto à gestão, mas sim de potenciais riscos ao cumprimento da missão institucional, foram recomendadas a implementação de indicadores, a elaboração do PETI alinhado ao PEI e a adoção de medidas que viabilizem a transparência das informações.

5. Não foram identificadas, no Plano de Providência Permanente, recomendações não atendidas ou não acatadas pela Unidade Jurisdicionada, de maneira que o acompanhamento das providências tomadas pelas Unidades Organizacionais da Empresa é realizado adequadamente pela Auditoria Interna da Unidade.

6. Diante da implementação dos controles internos administrativos, quanto à qualidade e suficiência, pode-se concluir que o sistema de controle interno da Eletrobras contribui para a mitigação dos riscos corporativos, ressalvado o registro contido no item 3.1. Houve a implementação, em setembro de 2010, do código de ética único do Sistema Eletrobras, e, em março de 2010, do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras, que delinea as Premissas corporativas e sua formulação estratégica. Tal documento faz parte da Transformação do Sistema Eletrobras, que busca reposicionar a empresa no mercado mundial de energia. No quesito "comunicação", ressalta-se a Política de Comunicação Integrada do Sistema, que tem como objetivo a promoção da comunicação integrada entre as empresas Eletrobras e dessas com seus públicos de relacionamento, de forma alinhada, coordenada, sinérgica, tendo como base as diretrizes do Planejamento Estratégico e do Código de Ética, visando ampliar a percepção da marca das empresas Eletrobras e a reputação corporativa. A Empresa possui, ainda, uma

unidade organizacional específica, a Divisão de Gestão de Riscos Corporativos - PGAR, com a atribuição de identificar e avaliar os riscos corporativos, tendo dado andamento ao seu Programa de Ações Estratégicas (PAE 2009-2012). Há manuais de procedimentos e mecanismos de comunicação capazes de divulgar as principais políticas, diretrizes e normativos e é realizado o monitoramento dos controles implementados por intermédio Divisão de Gestão do Ambiente de Controles Internos – PGAC, além de testes rotineiramente efetivados pela Auditoria Interna.

7. O Plano de Transformação do Sistema Eletrobras - PTSE teve prosseguimento com a consecução das diretrizes definidas pelo Ministério de Minas e Energia, em 2008, por meio de quatro vetores de atuação: I - Aperfeiçoamento da governança corporativa, II - Reorientação dos negócios de distribuição, III - Reformulação institucional da holding e IV - Reorganização do modelo de gestão empresarial. Destacamos, a seguir, algumas das realizações efetivadas:

7.1 A elaboração do Planejamento Estratégico Integrado, concluída em março de 2010, constitui-se na Ação IV.2 do PTSE e seu desenvolvimento foi prioritário, pois a ele se subordinam outras ações críticas, tais como as etapas de elaboração dos Planos de Negócios e do Plano de Investimento de Longo Prazo. Como desdobramento da implementação do Plano Estratégico 2010-2020, a Eletrobras concluiu em novembro de 2010 os seus Planos de Negócio 2010-2014 voltados preferencialmente para os eixos de Geração, Transmissão e Distribuição, contemplando também estudos, diagnósticos e carteira de projetos nas áreas de Comercialização, Internacionalização e Programas de Governo e Fundos Setoriais. Os documentos foram entregues para apreciação aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Empresa.

7.2 Destacou-se, ainda, o estabelecimento de políticas integradas para as empresas Eletrobras relacionadas aos seguintes temas: Gestão Integrada de Pessoas, Gestão Integrada de Riscos, Ética Empresarial, Sustentabilidade Empresarial, Tecnologia da Informação e Telecomunicações, Eficiência Energética, Pesquisa Desenvolvimento & Inovação, Eficiência Energética, Comunicação Corporativa e Patrocínio Cultural. Há, ainda, um instrumento de avaliação do desempenho das subsidiárias e controladas denominado Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE.

7.3 No âmbito das Empresas Distribuidoras da Eletrobras - EDEs, a holding promoveu a reorganização da governança e centralização da gestão das EDEs, tendo sido estruturada, para todas, uma diretoria comum composta por um Diretor Presidente, seis Diretores e um Conselho de Administração, além dos respectivos Conselhos Fiscais. As alterações propostas tiveram como objetivo a reversão do desequilíbrio econômico-financeiro das empresas, a melhoria da qualidade do atendimento e a promoção de investimentos para expansão, conservação e modernização.

7.4 No âmbito do Projeto SOX, iniciado em outubro de 2008, foi dado prosseguimento ao levantamento dos controles internos de relatórios financeiros alinhados às diretrizes da Lei Sarbanes-Oxley. A Eletrobras, sob a coordenação do Departamento de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles, mapeou, para as 14 empresas integrantes do Sistema Eletrobras, 3.200 controles e 255 processos. Além disso, na Eletrobras holding, teve a entrada em produção da nova versão do sistema

integrado de planejamento de recursos corporativos - ERP SAP ao fim de agosto de 2010.

8. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto nº 93.872/86 e inciso VII, art. 13 da IN/TCU/Nº 57/2008 e fundamentado no Relatório de Auditoria Anual de Contas, **acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria**. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei nº 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, de de 2011.

WAGNER ROSA DA SILVA  
Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura